

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
em Desenvolvimento Comunitário  
Ata nº 02/2024-Gestão 23-25 – Folha 1

ATA DA REUNIÃO DO COLEGIADO, OCORRIDA NA MANHÃ DO DIA 04 DE MARÇO DE 2024

Às 09 horas, do dia 04 de março de 2024, realizou-se, por meio de videoconferência, a reunião ordinária do Colegiado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário - PPGDC. Os professores presentes na reunião foram os seguintes: **Silvio Stéfani**, Vice-Coordenador do PPGDC, presidindo a reunião, **Cristiana Magni**, **Maria Angélica Binotto**, **Sergio Doliveira**, **Gustavo Zambenedetti**, repr. **Discente Solange Collares**. O Prof. Carlos **Alberto Marçal Gonzaga** justifica sua ausência, devido à licença médica. Prof.<sup>a</sup> **Daiana Novello**, Prof. **Ronaldo Maganhotto** e Repr. Discente **Sarah Dib** também justificam a ausência. A reunião foi iniciada pontualmente às 9 horas, com o Prof. Silvio dando boas-vindas a todos os presentes. Em seguida passou-se à discussão da pauta propriamente dita, conforme segue: **1 - Aprovação da Ata anterior, Ata 01-2024-Gestão 23-25-PPGDC**, ocorrida em 09 de fevereiro de 2024. A ata foi aprovada, com sugestão de pequenas correções. **“2 - Relatórios Bolsistas e Novos Bolsistas”**. Na sequência da reunião, foi discutido o segundo item da pauta, que tratava dos relatórios dos bolsistas e dos novos bolsistas. Maria Angélica foi convidada a falar sobre esse tema. Ela informou que o prazo para envio dos relatórios dos bolsistas atuais do programa foi até o dia primeiro da sexta-feira anterior, e que conseguiu receber 24 dos relatórios enviados. Maria Angélica explicou que ainda seria incluídos os relatórios enviados na sexta-feira passada para que pudessem ser avaliados. Dos 24 relatórios recebidos, 19 eram de doutorado, um de pós-doutorado e cinco de mestrado. Dos cinco mestrados, três já haviam defendido suas teses, o que significava que as bolsas desses alunos poderiam ser remanejadas para o próximo edital, que já havia encerrado as inscrições, totalizando 14 novas inscrições. Maria Angélica também mencionou que os relatórios que chegaram na sexta-feira à noite ainda não estavam no Drive, então pediria ao Jean para carregá-los ainda naquele dia. Ela destacou um caso específico, o relatório da bolsista Débora Fiuza, que não continha o parecer da orientadora como deveria. Ela já havia enviado um e-mail para Débora solicitando o novo relatório com o parecer correto. Foi mencionado que, dos 24 relatórios recebidos até então, apenas o da Débora apresentava essa falha. Todos os outros relatórios estavam corretos, exceto o do Professor Gonzaga, que estava em licença médica. Assim que ele retornasse, seria solicitado que avaliasse os relatórios e os assinasse. Em seguida, houve uma discussão sobre a importância dos relatórios como ferramenta para orientar os alunos e garantir que seus projetos de pesquisa avançassem conforme o planejado. Houve concordância de que os relatórios servem como um "radar" para detectar problemas e ajudar tanto os orientadores quanto os orientandos a redefinir metas e reforçar acordos. Foi ressaltado que, em muitos casos, é necessário passar do acordo verbal para um contrato escrito para garantir que as responsabilidades sejam cumpridas. Foi discutido também o prazo para a Comissão de Bolsas selecionar os novos bolsistas até o dia 12. Foi mencionado que, dependendo do número de processos a serem analisados, esse prazo poderia ser adiantado ou atrasado. Maria Angélica, como presidente da Comissão de Bolsas, juntamente com a Daiana e outros membros, estava encarregada dessa tarefa, e o objetivo era solicitar os documentos para a implantação das bolsas o mais rápido possível após a seleção. Em seguida passou-se ao próximo item #3 da pauta **“Aprovação Planos de Ensino 2024/1”**. Foram recebidos três planos de ensino: o plano de ensino do curso de Bilinguismo do prof. Plínio, o plano de aula de Microensino dos professores Mascarenhas e Reinaldo e o plano da disciplina de “Cidades Sustentáveis, do prof. Silvio. Foi observado que os três planos abrangiam todos os tópicos necessários, incluindo ementa, programa, sistema de avaliação e bibliografia. Decidiu-se então aprovar esses três planos de ensino naquela reunião, enquanto os demais seriam discutidos e aprovados na próxima reunião, que ocorreria no início de abril, antes do início das disciplinas. A ideia era aprovar os demais planos na reunião do colegiado prevista para o primeiro dia de abril, antes do início das aulas no dia 8 de abril. Ficou acordado que os demais professores deveriam enviar seus planos de ensino até o primeiro dia



de abril para que pudessem ser revisados e aprovados na reunião do colegiado. Esses planos incluíam os das disciplinas de “PIEC” da professora Cristiana Magni e do Prof. Gonzaga, e “Produção do Conhecimento”, da professora Raquel, que eram obrigatórias e também seriam ministradas no primeiro semestre. Também falta o plano da disciplina de “Práticas de Aventura”, do Professor Suzuki. Com isso, os três planos de ensino discutidos foram aprovados, e os demais seriam enviados para revisão e aprovação até a data estipulada para a próxima reunião. Sem mais discussões sobre este ponto, passou-se ao próximo item da pauta **“4 - IN Bancas PPGDC alteração”**. Discutiu-se amplamente a aplicação da instrução normativa relacionada às bancas de defesa no programa de pós-graduação. Foi destacada a importância de seguir os prazos estabelecidos, evitando situações que possam comprometer a validade dos títulos concedidos pelo programa. Entre os pontos abordados estavam a composição das bancas, a necessidade de respeitar o intervalo mínimo entre a solicitação e a realização das defesas, além da importância de observar os prazos para leitura das teses e dissertações pelos membros das bancas. Uma sugestão foi feita para realizar uma reunião geral com todos os docentes, visando alinhar as questões relacionadas às instruções normativas e outros assuntos do programa. Além disso, decidiu-se ajustar os prazos mínimos para realização das bancas, estabelecendo 60 dias para mestrado e 120 dias para doutorado, com a possibilidade de revisão posterior no seminário de autoavaliação. Por fim, foi ressaltada a importância de uma ampla divulgação da alteração dos prazos, garantindo que todos os docentes e alunos estejam cientes das mudanças e possam cumprir as novas diretrizes estabelecidas pelo programa de pós-graduação. Vencido este ponto, passou-se ao próximo item da pauta **“5 - Relatórios e Seminários finais pós-doc (Ana Cláudia)”**. Foi abordado o relatório e os seminários finais de pós-doutorado, especificamente o caso de Ana Cláudia. Na última reunião do colegiado, houve uma discussão sobre o relatório final apresentado por ela. Por equívoco, foram apresentados os comprovantes das atividades realizadas, como participação em seminários e submissão de artigos, juntamente com o próprio relatório. No entanto, o relatório estava em conformidade com o formato previsto no edital, contendo as atividades desenvolvidas, incluindo a disciplina ministrada em conjunto com a professora Ângela, os artigos submetidos, entre outras. O relatório foi devidamente assinado pela orientadora e pela supervisora, atestando sua validade. Na reunião atual, foi decidido aprovar o relatório de Ana Cláudia *Ad Referendum*, para que ela possa realizar o seminário de apresentação dos resultados. É importante destacar que o seminário de apresentação só pode ser feito após a aprovação do relatório pelo colegiado. O seminário de Ana Cláudia já foi realizado e transmitido ao vivo no canal do YouTube, com uma apresentação de mais de duas horas. Após discussão, foi confirmada a aprovação do relatório *Ad Referendum*, bem como foi mencionada a realização do seminário de apresentação. A ciência do colegiado foi registrada para ambos os casos, e a PROPESP será contactada para emissão do certificado de pós-doutorado, com base nas deliberações da reunião e na ata correspondente. Sem mais discussões sobre este assunto, passou-se ao próximo item da pauta **“6 - Aula inaugural, Seminário de Autoavaliação e Planejamento Estratégico”**. O próximo item da pauta aborda a organização da aula inaugural, do seminário de autoavaliação e do planejamento estratégico. Foi sugerido convidar o professor Marcelo Firpo Porto, que tem experiência e conhecimento relevante na área de desenvolvimento comunitário, saúde e ambiente, para ministrar a aula inaugural. A proposta foi bem recebida, e aguarda-se a confirmação do professor para definir a data do evento. Além disso, está previsto o seminário de autoavaliação e o planejamento estratégico, nos quais será realizada uma análise da situação atual do programa, definindo metas e diretrizes para o próximo período. Será elaborada uma pauta específica para a autoavaliação, que será enviada aos membros do colegiado para revisão. A participação ativa de todos os membros é fundamental, tanto no planejamento quanto na execução das atividades. Para garantir a presença dos alunos e professores, serão liberados os dias de aula na graduação e na pós-graduação, bem como bancas de TCC, para que todos possam participar dos



eventos. Será solicitado transporte para os alunos de Guarapuava para Irati, e será aberto um formulário para confirmação da participação e necessidade de transporte. A decisão sobre a data exata da participação dos alunos será confirmada após o retorno do professor Marcelo sobre a disponibilidade para a aula inaugural. Além disso, está prevista a organização de coffee breaks pela manhã e à tarde, utilizando os recursos do PROAP. Assim, os planos estão em andamento, aguardando apenas algumas confirmações para sua efetivação. Em seguida, passou-se ao item #7 da pauta “**Pedido de Informação Ministério Público**”. A discussão girou em torno da resposta a um pedido de informação do Ministério Público sobre o processo de seleção do programa de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Comunitário. Durante a conversa, diversos pontos foram abordados de maneira detalhada. Um dos principais focos foi a transparência no processo seletivo. A resposta enfatizou as etapas do processo, desde a inscrição até a divulgação dos resultados, ressaltando que todas as informações foram disponibilizadas de forma transparente e pública, conforme os editais previamente publicados. Um ponto de questionamento foi a ausência das notas individuais dos candidatos na prova escrita. O Ministério Público levantou essa preocupação, mas a resposta explicou que, embora as notas não tenham sido divulgadas individualmente, os candidatos tinham o direito de solicitar suas notas por e-mail, conforme indicado nos editais. Além disso, foi mencionado que apenas um recurso foi apresentado em relação às notas da prova escrita, e uma resposta detalhada foi fornecida à candidata que solicitou informações adicionais. Por fim, houve uma discussão sobre possíveis ajustes futuros no processo seletivo, considerando a sugestão de divulgar as notas de cada etapa do processo em futuros editais, visando aumentar ainda mais a transparência e conformidade com possíveis requerimentos legais. No geral, a resposta abordou de forma abrangente as preocupações levantadas pelo Ministério Público, demonstrando conformidade com os regulamentos e editais do programa de pós-graduação em questão. Em seguida passou se ao item “**8 - Assuntos da secretaria**”. Diversos assuntos foram abordados e discutidos de forma detalhada. Um dos principais tópicos foi o pedido de defesa de tese do Abrão Melhem Jr., programado para 18 de março, que foi aprovado pelo Colegiado. Houve também a modificação da data da defesa da Jaqueline para o mesmo dia (18 de março), ajustando-se ao período mínimo de 30 dias entre o pedido e a banca, também aprovado pelo Colegiado. Outro ponto importante foi o pedido de qualificação de tese da Cindel Stefanek, que foi feito com pouco tempo de antecedência. A equipe esclareceu que, segundo a Instrução Normativa nº 17/2021 PPGDC, que pede um prazo de 35 dias entre a solicitação e a ocorrência da banca, a qualificação poderá ocorrer a partir do dia 22 de março. Houve também uma reflexão sobre o calendário de bancas, considerando-se os períodos de férias e recesso acadêmico, com consenso em evitar atividades durante esses momentos. Além disso, foi sugerida a implementação de um sistema no SGE para registrar protocolos de bancas e outros processos administrativos, visando a organização e controle mais eficientes. Foram analisados também os pedidos de aproveitamento e dispensa de estágio docência. A aluna bolsista de doutorado Verônica Nazarkevitz pede dispensa do estágio de docência, apresentando alguns comprovantes de atuação como professora. Os comprovantes foram analisados e chegou-se a conclusão da necessidade da apresentação de documentos adicionais por parte da aluna, para comprovar o tempo mínimo de dois anos como docente. Alternativamente foi sugerido a realização de estágio docência em Prudentópolis para completar o tempo faltante. Por fim, foi aprovado o pedido de dispensa de estágio docente da Ana Paula, que apresentou documentos comprovando sua atuação como docente em instituições superiores há mais de dois anos. Outros assuntos tratados foram a solicitação de matrícula fora do prazo de Etienne Corso e Vanessa Godoi, que não foram aprovados, devido à necessidade de justificativa na solicitação. Foram analisados também os planos de estágio docência de Reginaldo Cordeiro e Josiane Santos, que foram analisados e aprovados, conforme os procedimentos estabelecidos. Por fim, foi discutido o pedido de prorrogação de prazo de defesa da Mariane Amaral, considerando suas circunstâncias pessoais. Após análise, foi decidido





Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar  
em Desenvolvimento Comunitário  
Ata nº 02/2024-Gestão 23-25 – Folha 4

144 deferir a prorrogação até 30 de novembro, considerando o prazo máximo permitido. Além disso,  
145 foram mencionados casos pendentes, como a necessidade de coleta de assinatura do supervisor para  
146 o relatório final de pós-doutorado de Reinaldo Knorek e o retorno, pela PROPESP, do relatório de  
147 pós-doutorado de Bruno Pedroso, para ajustes. Em relação à questão da cotutela, do aluno de  
148 doutorado Carlos Lopatiuk, foi ressaltado que, devido à ausência de regulamentação específica, o  
149 processo foi devolvido para o aluno preencher o formulário da universidade parceira em Portugal.  
150 Foi destacada a importância de se aguardar a manifestação dos envolvidos e das instâncias  
151 competentes antes de aprovar qualquer decisão. Por fim, foi reforçada a necessidade de estabelecer  
152 regulamentos claros para situações como essa no futuro. Passou-se em seguida para o último item  
153 da pauta “**Assuntos gerais**”. Foram abordados vários assuntos gerais relacionados à gestão do  
154 programa. O Professor Gustavo anunciou sua licença especial a partir de 8 de abril até 8 de julho,  
155 informando que não participaria das reuniões do colegiado durante esse período. Além disso,  
156 discutiu-se a possibilidade de iniciar o processo de credenciamento do programa em agosto,  
157 visando concluir até janeiro do próximo ano. No que diz respeito a um livro em andamento, foram  
158 recebidos capítulos e algumas revisões já foram encaminhadas. Houve a preocupação de manter o  
159 livro em cerca de 150 páginas devido a limitações de recursos. Em relação aos equipamentos,  
160 chegaram dois notebooks e uma caixa de som para realização de bancas, mas foi mencionada a  
161 necessidade de fazer um pedido complementar devido a problemas com fornecedores. E devido às  
162 dificuldades com o sistema de compras da instituição, sugeriu-se fazer futuras compras através de  
163 registro de preço para garantir a aquisição dos equipamentos necessários. Destacou-se que as  
164 inscrições para disciplinas ainda estão abertas, com boa procura por parte dos alunos externos. Após  
165 discutir esses pontos, a reunião foi encerrada precisamente às 11 horas, com votos de uma ótima  
166 semana para todos os presentes. Abaixo assinam todos os participantes do Colegiado do PPGDC  
167 que estavam presentes, e também o redator da presente ata, Secretário do PPGDC, Jean Marcos  
168 Lubczyk. Irati, 04 de março de 2024.

170 **Assinatura dos presentes na reunião:**

Carlos Alberto Marçal Gonzaga  
(Justificou a ausência)

Silvio Roberto Stéfani

Cristiana Magni

Daiana Novello  
(Justificou a ausência)

Gustavo Zambenedetti  
(Justificou a ausência)

Maria Angélica Binotto

Ronaldo Ferreira Maganhotto  
(Justificou a ausência)

Sergio Luis Dias Doliveira

Jean Marcos Lubczyk

Solange Aparecida de Oliveira Collares

Sarah Dib Domingues Silva  
(Justificou a ausência)



**Correspondência Interna 436/2024.**

Documento: **Ata022024Gestao2325PPGDCReuniaoOrdinariade04032024.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Solange Aparecida de Oliveira Collares (XXX.907.209-XX)** em 28/06/2024 20:41, **Jean Marcos Lubczyk (XXX.967.869-XX)** em 09/07/2024 17:54.

Assinatura Simples realizada por: **Maria Angélica Binotto (XXX.495.110-XX)** em 09/07/2024 22:25 Local: CIDADAO, **Silvio Roberto Stefani (XXX.017.968-XX)** em 13/07/2024 10:57 Local: UNICE/PPGDC, **Sergio Luis Dias Doliveira (XXX.364.359-XX)** em 05/08/2024 15:26 Local: CIDADAO, **Cristiana Magni (XXX.879.958-XX)** em 15/08/2024 10:18 Local: UNICE/DEFONO.

Inserido ao documento **867.638** por: **Jean Marcos Lubczyk** em: 28/06/2024 15:46.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**d4d31702ece8fde78d5786426e1456a2**.